

Autor: Castro

Sobre a importância política (da repressão) do gozo: celebrar o quê?



Após um ano internacionalmente difícil, criticou-se a persistência das pessoas que ousaram comemorar a chegada do ano 2021. Entre os cancelamentistas, eram comuns os ataques a quem insistia em divertir-se, ainda que em festas particulares ou solitárias, em confinamento residencial: “*o que vocês estão comemorando? O número de mortes pela COVID-19?*”. Malgrado tais questionamentos fazerem sentido, reprimir as festividades deixa a nu um estratagema tipicamente fascista, concernente ao silenciamento dos anseios e desejos. Nestas horas, convém recorrer a um dos verbos da moda: **ressignificar**!

Se, de fato, as perspectivas de futuro demonstram-se cada vez mais lúgubres num mundo em que a extrema-direita conseguiu vitórias provisórias na constante guerra de narrativas ideológicas da contemporaneidade – em que o sobejo de tecnologia, ao invés de prover mais informações para os seus usuários, obnubila-nos moralmente –, resta porventura alguma esperança na leitura dos signos do passado. A História não é uma ciência tão importante por acaso!

No Brasil, país da América Latina governado por um vilanaz assistente de contaminações, os telejornais converteram-se numa perene constatação da irracionalidade: pessoas são mostradas não apenas aglomerando-se de forma indiferente, mas também atacando umas às outras pelos mais torpes motivos. Enquanto capitaneador de atrocidades, o repugnante presidente Jair Bolsonaro nada em direção a seus apoiadores, numa praia lotada. Goza quando chamam-no de “mito”. E nada de vacina, por enquanto...

Neste mesmo país, gerações de adolescentes tiveram como diversão garantida nas madrugadas uma sessão televisiva de exibição de filmes eróticos que, na década de 1990, surgiu na emissora Bandeirantes sob o título de “Sexta Sexy”. Logo esta sessão mudou de nome para “Cine Privê”, e configurou-se num sinônimo tácito para diversão compartilhada às escondidas, em que todos sabiam o que acontecia. Os telefilmes realizados pelo diretor Francis Leroy [1942-2002] sobre as variantes da famosa personagem Emmanuelle eram comumente veiculados. Até que a sessão perdeu o seu feitiço. O despejo exacerbado de pornografia via Internet, ao alcance infantil de qualquer aparelho celular, suprimiu o fascínio causado por estes filmes. A indústria do erotismo precisou reinventar-se. E não apenas ela...

Em agosto de 2019, após anos de ausência, a sessão televisiva voltou a ser apresentada. E o filme de reestréia foi o icônico “Emmanuelle, a Antivirgem” (1975, de Francis Giacobetti). Reexibido no primeiro final de semana de 2020, a

audiência a este filme traz à tona algumas importantes reflexões sobre a função política da exaltação do erotismo. A começar pelo fato de que este clássico chama a atenção pelo refinamento de sua produção e pela melancólica trilha musical de Francis Lai. E há muito a ser investigado a partir de seu insinuante subtítulo: o que seria uma “antivirgem”, afinal?

Protagonizado pela bela Sylvia Kristel [1952-2012], este filme é a segunda parte da cinessérie original sobre as aventuras eróticas da personagem criada pela escritora Emmanuelle Arsan [1932-2005]. Trata-se de uma jovem casada com homens sobremaneira influentes, que resolve explorar a sua sexualidade em países considerados exóticos pela sanha colonialista europeia. No primeiro filme, a trama é passada na Tailândia, país natal da escritora, que deixa evidente, desde a homonímia, o caráter autobiográfico de sua jornada de autodescobrimento sexual. No segundo filme, há uma aparente repetição do percurso inicial, mas sobre outra perspectiva. Não é uma protagonista isenta de culpa, ainda que não haja qualquer tipo de questionamento acerca de suas atitudes. É um benefício abusado pelos ricos, não esqueçamos.

Na primeira sequência de “Emmanuelle, a Antivirgem”, a personagem-título está num navio, em direção a Hong Kong. Reclama que fôra colocada na terceira classe por engano, e vai reclamar com o capitão da embarcação, em sua cabine, onde é obviamente assediada por ele. De volta ao dormitório rústico, diversas mulheres jazem seminuas. Uma delas, loira, pede um pente emprestado a Emmanuelle, visto que o seu quebrara. As duas começam a conversar. A primeira narra que não superou um trauma da adolescência, quando foi estuprada por três garotas filipinas aos 16 anos de idade. Emmanuelle começa a fantasiar a partir da situação, que é intensamente dramática. Para os espectadores, o enviesamento erotógeno é só o que importa?

Tal descrição exordial é apenas a primeira dentre várias delicadas situações protagonizadas pela personagem, que, em seu enfado pequeno-burguês, transa com homens e mulheres, enquanto zanza pelos lugares pitorescos da cidade. Seu marido não é ciumento, até estimula que ela tenha relações sexuais com outras pessoas: “*ela não é seduzida por ninguém, ela escolhe*”, gaba-se ele, ao conversar com um rapaz com quem compartilha um evidente interesse homoerótico. O desfecho do filme é um anticlímax sensual, em que uma virgem é acariciada simultaneamente por Emmanuelle e seu esposo. O enredo é mero pretexto para os encontros sensuais. O que isso revela, em termos políticos?

Nesse pequeno texto, não tem-se a intenção de responder aos questionamentos suscitados, mas de estimular a audiência crítica a produtos audiovisuais oportunamente difamados pelos censores moralistas e hipócritas, que, na intimidade, deliciam-se com a aparente falta de sentido desse tipo de exortação à ninfomania. Ocorre que isso surge como sintoma classista. Ou como inassunção de desejos internos. No terceiro filme, Emmanuelle viaja para uma ilha paradisíaca na África e, no quarto, vem para o Brasil. Voltaremos aos referidos assuntos. Por ora, o chavão do desfecho é a retomada de um refrão mui executado na década de 1980: “**não se reprima**”! Respeitando-se os limites do Outro, o momento de aceitar-se é agora, enquanto ainda há a possibilidade de autoconfinar-se!

Wesley Pereira de Castro.

Data de Publicação: 03-01-2021